

Agência Brasileira de Cooperação – ABC
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

RELATÓRIO DE PROGRESSO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Sigla e Título do Projeto: BRA 11/021 “Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social”.
Agência Executora Nacional: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR
Áreas geográficas beneficiadas: Todo o território nacional
Endereço/Telefone da Agência Executora Nacional: 2028-1043 / 2028-1010
Período coberto pelo Relatório: 30/06/2018 – 30/12/2018
Orçamento total do projeto: US\$ 1.851.938,06 (Hum milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito dólares e seis centavos)
Local e data do relatório: Brasília, 23 de janeiro de 2019
Autor do relatório: Leonardo Marques Pacheco

O “Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social”, Projeto PNUD BRA/011/021, tem como principal objetivo incentivar o desenvolvimento ambientalmente sustentável com inclusão social. O objetivo do projeto tem ampla conexão com o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – “Bolsa Verde”, instituído pela Lei n.o 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tem como objetivos: a) incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida esta como sua manutenção e uso sustentável; b) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e c) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social educacional, técnica e profissional.

Ao longo dos últimos anos, o Programa “Bolsa Verde” beneficiou 77.577 (setenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete) mil famílias de projetos de assentamentos, unidades de conservação e áreas com termo de uso concedido pelo SPU. Além disso, o Programa promoveu a conservação de aproximadamente 30.264.607,55 hectares distribuídas em 944 unidades territoriais (Assentamento e UCs) em cinco regiões e 22 estados.

O Projeto PNUD BRA/011/021, instituído cinco meses após o lançamento do Programa Bolsa Verde foi essencial para conceber e implantar os mecanismos de monitoramento ambiental, previsto no Decreto n. 7.572, de 28 de setembro de 2011, que regulamenta o programa, tendo sido todo o desenvolvimento da metodologia do monitoramento e seu debate construído por meio do Projeto. O Projeto BRA/011/021 também foi importante para financiar as atividades de avaliação do “Bolsa Verde” e de consolidação de divulgação de seus resultados. Merece destaque estudo contratado no âmbito do Projeto que consolidou o histórico e demais dados do Programa com o objetivo de subsidiar as discussões do Programa no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, ocorrida em 2012, no Brasil.

Vale destacar que o Programa Bolsa Verde desde a sua criação em 2011 até final de 2014, teve seus esforços focados na estruturação básica do programa, de modo a garantir o funcionamento de seu mecanismo de transferência de renda

com condicionalidade ambiental, previsto desde sua concepção. Para tanto fez-se necessário estruturar um amplo arranjo institucional, envolvendo ministérios e autarquias gestoras das áreas inseridas no Programa, mutirões e diversas ações pontuais de campo, o monitoramento ambiental regular e anual destas áreas, um sistema de informações robusto que pudesse abarcar todos os principais dados das famílias, áreas, incluindo a gestão dos benefícios e monitoramento ambiental regular, bem como um monitoramento amostral, que proporcionasse desde o início um mecanismo de avaliação e acompanhamento do impacto do Programa em relação a seus objetivos.

Tendo alcançado as suas metas de inclusão de famílias no PPA 2012-2015, avaliou-se que o Programa necessitava avançar na consolidação das atividades de inclusão produtiva das famílias beneficiárias e na promoção da manutenção da cobertura vegetal das áreas partícipes do Programa. Em 2015, visando fortalecer esses componentes, foi então realizada a primeira revisão substantiva do projeto BRA11/021.

De 2016 a 2018, período de vigência do plano de trabalho proposto em 2015, foi realizado um extenso estudo nas unidades de conservação e assentamentos atendidos pelo Bolsa Verde em todo o Brasil para identificar os principais vetores de desmatamento, conjugando análises espaciais e a percepção dos beneficiários, e para identificar as principais diretrizes a serem consideradas para manutenção da cobertura vegetal e promoção da melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Esse estudo tem, ainda, um papel fundamental na identificação das demais políticas e programas a serem alinhados com o Bolsa Verde para garantir o alcance dos seus resultados.

Através do Projeto foi possível ainda promover uma capacitação para lideranças e gestores locais, atores fundamentais para implementação de políticas públicas, das unidades de conservação de toda a Amazônia em políticas de inclusão produtiva, gestão territorial e ambiental e práticas produtivas sustentáveis. Associada ao PRONATEC Bolsa Verde, essa atividade estabeleceu um contexto favorável para a orquestração de ações que visam o incremento de renda das famílias beneficiárias. Fundamental para isso, foi o levantamento das

potencialidades e oportunidades de inclusão produtiva dos territórios de abrangência do Programa através da ação direta das organizações locais de representação dos extrativistas e pequenos agricultores. Ainda em relação a inclusão produtiva dos beneficiários foram realizados estudos para identificação dos principais gargalos relacionados ao acesso a políticas de compras institucionais e a nichos de mercado relacionados à produção das unidades de conservação e projetos de assentamento.

Visando promover a qualificação do Bolsa Verde, foi elaborado ainda um estudo para identificação, através do diálogo com diferentes atores, como beneficiários, lideranças, gestores e membros de organizações não-governamentais, dos desafios para implementação da política, proposição de indicadores de impacto e aprimoramento do Programa.

A conjugação do Bolsa Verde com outras políticas públicas, contribuiu para que, em 2016 e 2017, cerca de 25 mil famílias de beneficiários de unidades de conservação e projetos de assentamento deixassem o Programa por elevação de renda. Contudo, a implementação do novo regime fiscal pelo governo federal levou a uma gradual redução do seu orçamento, o que limitou a inclusão de novas famílias e acabou por causar a suspensão das transferências de recursos para os beneficiários. Apesar disso, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural vem empreendendo esforços na busca de recursos para retomada da transferência trimestral para os beneficiários. Era então imperativo, realizar estudos que permitissem a qualificação do Programa e o fortalecimento dos vínculos entre o Bolsa Verde e outras políticas que dialogam com os seus objetivos.

Considerando também a finalização do projeto BRA 11/021, tornou-se estratégico promover a apropriação, pelas organizações representativas dos beneficiários do Programa Bolsa Verde, dos resultados gerados durante a sua vigência. Faz-se necessário, portanto, investir na sua formação para atuar enquanto sujeitos políticos nos espaços de governança constituídos. A esse respeito, durante os dois últimos anos foram estabelecidos uma série de espaços de governança capitais para facilitação da interação entre representantes de

organizações representativas de beneficiários e órgãos de governo. Em um contexto de revisão do programa Bolsa Verde e da crescente necessidade de alinhar as políticas de pagamento por serviços ambientais com outras ações de governo, os espaços de governança constituem fóruns importantes, uma vez que a governança qualifica os processos de gastos públicos e de cooperação, além de tornar as ações mais efetivas em seus propósitos. É nesse sentido que esses espaços se tornaram mecanismos mandatários pelo meio do qual o Estado e a Sociedade Civil interagem para formular, implementar, monitorar, avaliar e reformular políticas.

Dessa forma, visando a realização de estudos estratégicos para a qualificação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com Inclusão Social e a promoção da apropriação dos seus resultados por lideranças do público alvo, bem como a sua capacitação no tema referido, A Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável apresentou proposta de continuidade do referido projeto pelo período de seis meses, o que correspondeu ao primeiro semestre de 2018, através de uma revisão simplificada, e por um período adicional de um ano, o que estendeu o projeto até junho de 2019.

O presente relatório de progresso visa tratar da execução durante o ano de 2018. Apesar da execução proposta se estender até junho de 2019, a troca de gestão do Ministério do meio Ambiente enseja a apresentação dos resultados até então alcançados.

3. ANÁLISE DO PROGRESSO DOS PRODUTOS ESPERADOS POR RESULTADOS NO PERÍODO DE 02/01/2016 a 30/09/2017.
(Conforme Matriz Lógica – Revisão Substantiva dezembro de 2015)

RESULTADO 2.	Monitoramento de Programa de PSA com inclusão social definido, implantado e sistematizado.		
PRODUTO 2.5. (2017)	Estratégia de ação para a mitigação das causas que levam a perda da cobertura vegetal nas UCs e nos projetos de assentamentos da reforma agrária inseridos no Programa.	STATUS	Executado
ANÁLISE DE PROGRESSO PRODUTO 2.5.	Com base em metodologia já desenvolvida e estudos já realizados para os assentamentos da Amazônia, o IPAM foi contratado para realizar o estudo com foco no Programa Bolsa Verde, considerando as 69 Unidades de Conservação e os 375 assentamentos na Amazônia, atendidos pelo Programa Bolsa Verde. Os objetivos do contrato são: a) Mapear a dinâmica de desmatamento nas 69 UCs com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, de forma a analisar, entender a dinâmica e identificar os principais vetores de conversão da cobertura florestal nestas áreas; b) Atualizar e analisar os dados de desmatamento nos 375 assentamentos localizados na Amazônia, beneficiários do Programa Bolsa Verde e c) Propor estratégia para mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação		

	<p>e assentamentos da reforma agrária validada em seminário junto a atores estratégicos do Programa Bolsa Verde.</p> <p>Embora a contratação tenha se dado na modalidade de contratação direta, o indispensável alinhamento de entendimentos e de procedimentos entre as equipes técnicas do PNUD e MMA ensejou a realização de diversas reuniões para esclarecimentos e orientações entre as duas equipes, comprometendo o calendário inicial de execução das ações exigindo, portanto, sucessivas revisões no cronograma de execução.</p> <p>Conforme previsto no contrato, todos os produtos foram entregues e o Seminário Nacional para apresentação dos resultados e coleta de contribuições foi realizado em 21 de novembro de 2017.</p>		
<p>PRODUTO 3.2. (2017)</p>	<p>Levantamento de potencialidades e oportunidades de inclusão produtiva sustentável nos territórios de abrangência de Programa de PSA com inclusão social.</p>	<p>STATUS</p>	<p>Executado</p>
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.2.</p>	<p>A AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras foi contratada com o objetivo de levantar informações sobre as potencialidades socioeconômicas da Resex de Canavieiras e realizar capacitações de 100 (cem) lideranças, com ênfase na mulher chefe de família, como estratégia para a inclusão produtiva sustentável. Busca-se envolver lideranças femininas das comunidades, disponibilizando os meios para que sejam protagonistas, e multiplicadoras, no desenvolvimento de atividades extrativistas sustentáveis e na implementação de processos produtivos, conforme a vocação de cada área. A estratégia</p>		

visa assegurar que as demandas das mulheres sejam diagnosticadas e que seus direitos e sustentabilidade sejam garantidos.

A AMEX possui Contrato de Concessão de Direito real de Uso firmado, em 2015, com o ICMBIO, participando, portanto, da gestão da unidade, motivo pelo qual a modalidade escolhida para a contratação da AMEX é a “Contratação Direta”.

A contratação previa a entrega de 4 (quatro) produtos, como se segue: a) Produto 1: Projeto apresentado nas comunidades; b) Produto 2: Diagnóstico Rápido Participativo das Potencialidades Socioeconômicas das Comunidades Extrativistas Pesqueiras, Resex de Canavieiras-BA; c) Produto 3: Capacitações em Área beneficiária do Programa Bolsa Verde e d) Produto 4: I Seminário de Inclusão Produtiva da RESEX de Canavieiras-BA. Todos os produtos foram entregues conforme estabelecido no contrato.

Além da consultoria acima citada, duas outras contratações foram realizadas no âmbito do produto 3.2. Com os cortes orçamentários que levaram a suspensão do pagamento do Programa Bolsa Verde, a SEDR elaborou e apresentou ao Fundo Amazônia, através de uma parceria com o PNUD, um projeto visando a implementação de um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais a partir da experiência acumulada ao longo dos seis anos de funcionamento do Programa Bolsa Verde. Na proposta, além de pagamentos a famílias estava também previsto o apoio ao coletivo de beneficiários das unidades de conservação e projetos de assentamento da Amazônia Legal.

Visando qualificar a proposta, o projeto contratou dois consultores para o levantamento de informações sobre as organizações locais que desempenham um papel na organização da produção, os principais gargalos identificados em relação a produção e políticas públicas acessadas. O segundo consultor

	<p>debruçou-se sobre iniciativas de conservação de base local identificando as organizações que as conduzem, as práticas em si e as formas de apoio. Além disso, ambos os consultores estabeleceram, como parte da consultoria, estratégias de apoio as organizações identificadas para otimizar as suas atividades produtivas e de conservação de base comunitária.</p> <p>Os produtos da consultoria foram entregues, de acordo com o definido no contrato, e e devem servir de base para balizar a definição da estratégia de implementação do novo desenho do Programa de Pagamento por Serviços.</p>		
<p>PRODUTO 3.3. (2017)</p>	<p>Proposta de Estratégia de inclusão produtiva sustentável em Programa de PSA com inclusão social</p>	<p>STATUS</p>	<p>Em execução</p>
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.3.</p>	<p>Trata-se da contratação de consultoria pessoa física, por produto, para avaliar a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde e propor meios para a melhorá-la a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos incentivos por serviços ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, social e organizativo dos beneficiários.</p> <p>Os dois ciclos de monitoramento socioeconômico do programa demonstram que ele teve impacto positivo na renda das famílias beneficiárias, contribuindo para que muitas saíssem da linha de pobreza (MMA, 2016). O monitoramento ambiental que vem sendo realizado pela Universidade Federal de Lavras também vem demonstrando que nas áreas abrangidas pelo PBV o desmatamento é menor. Todavia, a despeito</p>		

desse resultado, é importante ampliar as evidências que demonstram o efeito do PBV tanto para a conservação ambiental quanto para o engajamento comunitário nas áreas da sua atuação.

Atualmente o monitoramento ambiental é realizado anualmente, mas se restringe à análise sobre cobertura vegetal das áreas. A condicionalidade imposta ao beneficiário é o cumprimento do instrumento de gestão das mesmas. Porém, se por um lado as famílias beneficiárias muitas vezes não conhecem as responsabilidades ambientais às quais os pagamentos deveriam ser condicionados (MMA, 2016), gestores das UTs que contam com o programa também têm dúvidas sobre os critérios ambientais e como eles deveriam ser monitorados (MDS, 2016).

Logo, há desafios para que o programa alcance de fato objetivos ambientais e o arranjo atual do Programa Bolsa Verde o aproxima de instrumento de transferência de renda, embora na sua concepção, com a inclusão de condicionantes ambientais, já se imaginava aproximá-lo de arranjo de pagamento por serviços ambiental. Há grande oportunidade de aprimorar o instrumento, de forma que ele alcance melhores objetivos ambientais, sociais e econômicos.

Pouco foi estudado sobre o programa e ainda há muitas lacunas de conhecimento sobre o mesmo (MDS, 2016). Como ressalta a avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social, falta a realização de uma análise sobre a implementação do programa que capte sistematicamente as formas como o programa é efetivamente executado na ponta, visando o seu aprimoramento (MDS, 2016). Além disso, é preciso avaliar e propor práticas exitosas de desenho dos componentes do programa para aumentar a efetividade do mesmo no combate à pobreza, inclusão produtiva e na eficácia ambiental.

	<p>A contratação da presente consultoria, no âmbito do Projeto BRA/11/021, teve o propósito de preencher a lacuna de conhecimento sobre o Programa Bolsa Verde e entender com maior clareza a efetividade atual do mesmo em alcançar objetivos ambientais almejados, avaliar os desafios da sua implementação, propor indicadores de impacto e aprimorar o programa para alcançar melhores resultados sociais, econômicos e ambientais.</p> <p>O estudo proposto teve duração prevista de 7 meses, contudo alguns atrasos na contratação e disponibilização de dados por parte do MMA, demandaram a ampliação do prazo de execução. Os produtos foram apresentados em conformidade com o previsto no contrato. Além disso, foi realizado um seminário com a participação de agente públicos, pesquisadores, membros de organizações não governamentais e representantes de organizações de beneficiários para apresentação do resultado parcial do estudo. Após o evento, muitas das contribuições foram incorporadas pela consultora ao produto final.</p>		
<p>PRODUTO 3.4. (2016/2017)</p>	<p>Planos de manejo de unidades de conservação inseridas em Programa de PSA com Inclusão Social.</p>	<p>STATUS</p>	<p>Executado</p>
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.4.</p>	<p>O Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei 9.985/00).</p>		

O ordenamento das atividades extrativas e outros usos das Unidades de Conservação deverão ser equacionados quando da construção dos planos de manejo. Estes deverão observar os dispositivos legais existentes previstos na legislação federal geral caracterizar dos usos específicos realizados pela comunidade tradicional como de interesse social e definir os regramentos específicos de utilização dos recursos das respectivas áreas de forma que as atividades extrativas possibilitem o manejo das APPs e sejam reconhecidas legalmente.

O Programa Bolsa Verde prevê que as atividades de conservação ambiental entendida como a manutenção da cobertura vegetal da área onde as famílias estão inseridas e o uso sustentável de seus recursos devem estar em consonância com o previsto nos instrumentos de gestão e regularização das unidades territoriais beneficiadas pelo Programa. Embora algumas áreas possuam outros instrumentos de gestão, o Plano de Manejo é o instrumento de gestão mais apropriado para assegurar o desenvolvimento de atividades de conservação ambiental e, por conseguinte, viabilizar a consistência do monitoramento do Programa Bolsa Verde.

A Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) do ICMBio, com base em parceria estabelecida com o Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos (NPS) e o Serviço Florestal Norte-Americano (USFS), por meio de cooperação técnica internacional apoiada pela Agência Norte-americana de Cooperação Internacional (USAID), definiu uma nova metodologia para elaboração do plano de manejo de unidades de conservação baseada que objetiva a elaboração, de maneira célere, de planos de manejo para as Unidades de Conservação Federais geridas pelo Instituto.

	<p>Depois de dialogar com gestores de diversas unidades de conservação sobre a viabilidade de implementar o novo modelo, a Diretoria do ICMBIO apontou a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo como aquela a ser apoiada pelo Projeto na elaboração do seu instrumento de gestão. Considerando o contrato de concessão real de uso da área com uma associação local representativa dos moradores da unidade – a AREMAC, que prevê o apoio da Associação para elaboração do plano de manejo, foi possível contratar, via Contratação Direta, a AREMAC para a elaboração do plano de manejo da unidade.</p> <p>Contratada em janeiro de 2018, a Associação apresentou o último produto previsto no contrato em junho de 2018, concluindo-se assim o contrato.</p>		
<p>PRODUTO 3.9. (2017)</p>	<p>Levantamento da relevância do extrativismo na composição de renda das famílias beneficiárias do Programa de PSA com Inclusão Social.</p>	<p>STATUS</p>	<p>Em execução</p>
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 3.9.</p>	<p>Considerando a importância de conhecer a relevância do extrativismo na composição de renda de famílias beneficiárias de PSA com Inclusão Social é relevante para orientar a formulação de políticas públicas para o público do Programa de forma a causar um impacto na renda das famílias e, conseqüentemente, o acréscimo de renda. O termo de referência para contratação pessoa jurídica foi elaborado por servidores do CGSA e encaminhado para o PNUD para adequações. Contudo, com a mudança na gestão, o processo de seleção foi suspenso.</p>		

RESULTADO 4.	Gestão eficiente do Projeto		
PRODUTO 4.1. (2016/2017)	Projeto Monitorado e Avaliado	STATUS	Executado
ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 4.1.	A capacitação da equipe para gestão eficiente do projeto foi realizada em parceria com o PNUD em evento realizado no terceiro trimestre de 2018. Participaram todos os membros da equipe que lidam diretamente com a execução do projeto. As demais contratações relacionadas ao seriam realizadas a partir de dezembro de 2018, quando houve a indicação de que haveria uma troca de gestão no Ministério do Meio Ambiente.		
RESULTADO 5.	Espaços de Governança e alinhamento de políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais de áreas potenciais para adoção de PSA fortalecidos.		
PRODUTO 5.1. (2016/2017)	Qualificação da participação de lideranças de povos e comunidades tradicionais nos fóruns de políticas públicas com interface com PSA.	STATUS	Em execução

<p>ANÁLISE DE PROGRESSO DO PRODUTO 5.1.</p>	<p>O Produto 5.1 prevê realização de atividades formativas para lideranças de áreas atendidas pelo Programa de PSA e a promoção da sua participação em espaços de governança e de proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.</p> <p>A contratação de consultoria pessoa física para realização da atividade foi iniciada, tendo sido o edital de seleção publicado. Ao todo, cerca de cinco organizações apresentaram proposta. Com a troca de gestão, o processo de seleção para contratação foi suspenso.</p> <p>Em relação a promoção da participação de lideranças em espaços de governança e proposição, elaboração e monitoramento de políticas públicas que tenham interface com o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, o projeto apoiou a participação de lideranças locais e de atuação mais ampla em eventos promovidos por organizações da sociedade civil, como o Encontro da Juventude Extrativista, o Seminário de Extrativismo Costeiro e Marinho e o encontro de extrativistas de Xapuri. Buscando promover a capacitação dos participantes no tema de Pagamento por Serviços Ambientais e governança, foi inserido, em cada um dos eventos supracitados, uma oficina ou palestra sobre o tema.</p>
--	---

2. RESULTADOS DO PROJETO - AVALIAÇÃO GERAL

2.1- Que desafios previstos ou imprevistos, positivos e negativos, afetaram o desenvolvimento do Projeto (incluindo questões relativas à atuação da ABC e do PNUD)?

Os fatores que mais influenciaram negativamente a execução do Projeto foram:

- Os conflitos entre a legislação referente a projetos de cooperação técnica internacional e a legislação nacional aplicada a organismos internacionais também dificultam a agilidade na execução técnica e financeira do Programa.

Os fatores que mais influenciaram positivamente a execução do Projeto foram:

- A adequação do orçamento do projeto a disponibilidade financeira da Ministério do Meio Ambiente na revisão substantiva;
- A adequação do plano de trabalho a capacidade de execução da Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural;
- O compromisso de todos os envolvidos na execução do Projeto aliado à progressiva *expertise* da equipe;
- A capacitação realizada e que abrangeu a totalidade dos técnicos que lidam com o projeto.

2.2 - Que medidas já foram tomadas ou seriam recomendadas pela Instituição Nacional Executora para melhorar a implementação do projeto?

- Foram realizadas capacitações para a equipe envolvida no Projeto em gestão de projetos, elaboração de termos de referência, normas PNUD, sistemas ATLAS e Acesso Externo, entre outras;
- Foram adotadas medidas de gestão de pessoas com foco na descentralização de atividades e responsabilidades o que permitiu um maior envolvimento da equipe como um todo refletindo em mais eficiência na execução do Projeto;
- Foram realizadas tratativas com o ICMBio para o acompanhamento local das ações desenvolvidas nas unidades de conservação.

2.3- Indique as melhores práticas identificadas e lições aprendidas durante o período da execução:

- As capacitações sobre gerenciamento de projetos, procedimentos para contratação, e utilização dos sistemas de gestão do projeto (ATLAS e Acesso Externo) foram fundamentais para garantir uma melhor gestão do projeto e descentralização das atividades na equipe da SEDR, o que permitiu aumentar a execução do projeto.
- A adequação da matriz lógica à capacidade operativa da equipe, bem como a adequação do orçamento a disponibilidade financeira da SEDR, permitiu maior efetividade na execução aproximando o planejado ao que foi, de fato, executado.

2.4 – Considerando os beneficiários diretos e indiretos do Projeto, favor indicar:

a) Se o projeto tem se mostrado adequado as necessidades dos beneficiários;

b) Sobre quem impactaram os Resultados/Produtos gerados até o momento?

- As ações do Projeto pretendem apoiar o desenvolvimento sustentável produtivo e ambiental das famílias beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e viabilizar a manutenção da cobertura vegetal das unidades territoriais onde residem as famílias beneficiárias. No curso da execução deste Programa, a cobertura vegetal destas unidades territoriais se manteve protegida e o nível de conservação desta cobertura vegetal, responde aos objetivos e regras do Programa em mais de 91% (noventa e um por cento) das unidades territoriais.
- O foco em ações de inclusão produtiva é uma reivindicação das organizações sociais representantes dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, uma valorização da produção extrativista e agrícola dessas famílias diminui a demanda por desmatamento para adoção de práticas mais agressivas.

3. CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO PARA O PROGRAMA DO PNUD PARA O BRASIL

3.1- Relação dos resultados do projeto com a Programação PNUD para o País:

4.2 – Quanto aos seguintes indicadores de desenvolvimento, o que se pode observar como ganhos construídos no âmbito do projeto?

a) Desenvolvimento de capacidades (individuais, institucionais, societais):

A elaboração do Plano de Manejo da Resex Arraial do Cabo (RJ) por uma associação local representativa dos moradores da unidade – a AREMAC, consolidou um modelo de parceria com as organizações sociais que proporciona maior envolvimento das comunidades na superação dos desafios da unidade. Além disso, permitiu a implementação de um novo roteiro para elaboração de plano de manejo desenvolvido pelo ICMBIO, o que permite ampliar o teste do modelo em diferentes realidades.

O mesmo ocorreu com a contratação da AMEX, organização da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA), contratada para a capacitação dos beneficiários da Resex com foco nas mulheres pescadoras e marisqueiras.

O estudo da dinâmica do desmatamento realizado pelo IPAM e a estratégia para mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária integrantes do Bolsa Verde também forneceu mais subsídios para a tomada de decisão, contribuindo para a evolução do Programa.

Assim também deve ocorrer com a contratação que avaliou a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde propondo meios para a melhorá-lo a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível dos incentivos por serviços ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, social e organizativo dos beneficiários. Este produto é de especial importância para o redesenho do Programa e seu aprimoramento enquanto política pública.

A contratação dos consultores para identificar as principais organizações das áreas atendidas pelo Programa Bolsa Verde que trabalham com produção agroextrativista e iniciativas de conservação de base comunitária, bem como os principais gargalos vinculados as atividades produtivas e de

conservação são aprendizados importantes uma vez que permitem que a instituição conheça mais sobre o seu público e os pontos a serem incorporados no desenho de uma política de pagamento por serviços ambientais que vise causar impacto não só na vida das famílias das áreas-alvo, mas também na conservação dos recursos naturais nessas áreas.

b) Promoção de ambiente que conduz ao diálogo político para garantir desenvolvimento:

O produto 5 está fortemente vinculado ao fortalecimento de espaços de diálogo e formação de atores que participem de forma qualificada de fóruns de tomada de decisão. Seja a partir de cursos de formação, seja a partir da promoção do encontro de lideranças para discussão de temas relacionados a políticas de pagamento por serviços ambientais e aquelas outras que, associadas, podem gerar um impacto positivo na qualidade de vida dos residentes de unidades de conservação e projetos de assentamentos.

Através desse produto, foi possível promover a participação de jovens de diferentes reservas extrativistas do país em um evento realizado na em Brasília onde se discutiu políticas públicas de inclusão sócio-produtiva, política de pagamentos por serviços ambientais e outros temas relacionados a atuação dos jovens em espaços de tomada de decisão. O seminário, além de contribuir para a formação desses jovens, teve como objetivo preencher um vácuo geracional formado pelo afastamento de representações dos beneficiários das unidades de conservação e projetos de assentamento pelo avançar da idade.

Outro evento apoiado pelo projeto foi o Seminário Nacional do Extrativismo Costeiro e Marinho, realizado no estado do Pará e que contou com o apoio de outros departamentos e setores do Ministério do Meio Ambiente, como a Secretaria de Biodiversidade e o ICMBIO. Com a participação de mais de 200 lideranças de reservas extrativistas marinhas da costa brasileira, o evento contou com uma oficina sobre o tema realizada pelo IPAM, com apoio do BRA 11/021.

Outro evento apoiado pelo projeto foi a realização do Encontro que discutiu o Legado de Chico Mendes e as perspectivas para as reservas extrativistas. O evento contou com a participação de cerca de 600 lideranças e teve uma ativa participação do Departamento de Extrativismo tanto na inserção de pautas relacionadas a políticas de pagamento por serviços ambientais e fóruns de tomada de decisão em relação ao delineamento de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais.

c) Promoção da igualdade de gênero em ações já realizadas ou potencial do projeto na área:

Uma das atividades apoiadas pelo projeto no município de Canavieiras para levantamento do potencial da produção das reservas extrativistas teve como público alvo mulheres (pescadoras e marisqueiras) de diversas comunidades da região. O projeto foi importante para articulação da Rede de Mulheres Extrativistas de Comunidades Pesqueiras e Marinhas do Sul da Bahia. Apesar da atividade apoiada ter foco nas extrativistas da RESEX de Canavieiras, participaram das capacitações e do Seminário Final representantes das RESEX de Cassurubá e Corumbau. O projeto foi importante também por possibilitar às mulheres o estabelecimento de contatos com outros órgãos federais e organizações, o que resultou em um projeto a ser aprovado pela cooperação alemã (GIZ).

d) Promoção da igualdade de raça em ações já realizadas ou potencial do projeto na área: As ações já realizadas ou potenciais do Projeto BRA/11/021 indiretamente buscam promover a igualdade de raça, visto que as famílias beneficiárias, que são o público do Programa, e que estão em extrema pobreza, fazem parte de povos e comunidades tradicionais, como extrativistas, ribeirinhos e quilombolas.

O recurso recebido pelo Programa, bem com os estudos e capacitações realizadas pelo Projeto podem estimular a organização social dessa população e seu auto reconhecimento.

e) Potencialidades de cooperação sul-sul (boas práticas e capacidades desenvolvidas no âmbito do projeto que possam ser replicadas nacional e internacionalmente):

A agenda Ambiental tem grande potencialidade de cooperação sul-sul. As experiências de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais desenvolvidas na América Latina, África e Ásia, incluindo o Programa Bolsa Verde já foram objeto de “workshops” e Oficinas organizadas com o apoio do Projeto BRA/11/2017 e em parceria com instituições, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

f) Construção de parcerias para obtenção de resultados:

Para a realização das ações do Projeto já foram e continuam sendo construídas muitas parcerias com diferentes instituições, tanto governamentais, como não governamentais e do público do Programa Bolsa Verde:

- a) Universidades: UFRRJ – Monitoramento Socioeconômico; UFLA – Monitoramento Ambiental; PUC/RJ – aplicação de Avaliação de Impacto no Programa Bolsa Verde.

- b) Instituições governamentais: ICMBio - Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação (Resex de Canavieiras e Resex Marinha de Arraial do Cabo), Capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão produtiva; INCRA – Ater Extrativista; Ministério da Educação – Pronatec Extrativista;
- c) Instituições não governamentais: IEB - Capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão produtiva; IPAM - Elaboração de estratégia nacional para mitigação das causas que levam ao desmatamento em áreas do Programa Bolsa Verde.
- d) Instituições da sociedade civil - público do Programa Bolsa Verde (Associações e Cooperativas): AMEX (Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras) - Capacitação Socioeconômica de Comunidades Extrativistas Pesqueiras; AREMAC (Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ) - Elaboração Participativa do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha De Arraial do Cabo.

5.1 – Citar recomendações da última auditoria do projeto e o seguimento dado por parte da Agência Executora;

No período relativo ao relatório não foi realizada nenhuma auditoria. Conduto, na recomendação nº 135215, dirigida ao BRA/08/012, a Controladoria Geral da União solicita que os procedimentos de aquisição de passagens e liberação de diárias, do projeto BRA/11/021, reflitam de forma mais explícita o vínculo da atividade com os objetivos do projeto, procedimento que vem sendo adotado pela coordenação do projeto.

5.2- Citar recomendações da última reunião tripartite e o seguimento dado pelos respectivos responsáveis.

Esse item não se aplica, pois não foi realizada reunião tripartite do BRA/11/021, no período analisado.

5.3 – Citar recomendações de avaliações formais (de meio-termo ou finais) e o seguimento dado pelos respectivos responsáveis:

Esse item não se aplica, pois não foi realizada reunião tripartite do BRA/11/021, no período analisado.

6. INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO NO PERÍODO:

6.1 - Consultores contratados:

Código do Contrato: 2017/ 000104

Objetivo:

Avaliar a efetividade ambiental e social do Programa Bolsa Verde e propor meios para melhorá-la a partir de diferentes arranjos de pagamentos e benefícios, aproximando-o tanto quanto possível, dos serviços por incentivos ambientais, bem como para a ampliação do vínculo comunitário, produtivo, social e organizativo dos beneficiários.

Consultoria contratada: Susan Edda Seehusen / CPF: 292.254.648-94

Código do Contrato: BRA 10- 35411/2017

Objetivo:

a). Mapear a dinâmica de desmatamento nas 69 UCs com famílias beneficiárias do Bolsa Verde, de forma a analisar, entender a dinâmica e identificar os principais vetores de conversão da cobertura florestal nestas áreas.

b). Atualizar e analisar os dados de desmatamento nos 852 assentamentos localizados na Amazônia, beneficiários do Programa Bolsa Verde.

c). Propor estratégia para mitigação das causas que levam à perda da cobertura vegetal nas unidades de conservação e assentamentos da reforma agrária validada em seminário junto a atores estratégicos do Programa Bolsa Verde.

Consultoria contratada: IPAM / CNPJ: 00.627.727/0001-01

Código do Contrato:

Objetivo:

Apoio a elaboração participativa do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - RJ

Consultoria contratada: Associação da Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo – AREMAC / CNPJ: 02.147.165/0001-16

Código do Contrato:

Objetivo:

Promover capacitação socioeconômica de comunidades extrativistas pesqueiras como estratégia de inclusão produtiva sustentável, em área beneficiária do Programa Bolsa Verde, priorizando a mulher responsável pela unidade familiar.

Consultoria contratada: AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras - BA / CNPJ: 11.314.360/0001-84

Código do Contrato: 2018/000135

Objetivo:

Realizar o mapeamento e o diagnóstico da organização comunitária e das iniciativas de conservação de base local nas unidades de conservação e projetos de assentamento

beneficiados pelo Programa Bolsa Verde, bem como propor estratégias para ações de fortalecimento das organizações locais.

Consultoria contratada: Vivian Karina Zeidemann / CPF: 637.187.909-04

Código do Contrato: 2018/000134

Objetivo:

Elaborar diagnóstico das opções econômicas sustentáveis, incluindo o agroextrativismo, o consorciamento agroflorestal e a pesca artesanal, entre outros, nas unidades de conservação e projetos de assentamento da Amazônia Legal beneficiados pelo Programa de Apoio a Conservação Ambiental - Bolsa Verde, bem como propor estratégia robusta para o desenvolvimento dessas opções econômicas, levando-se em conta a realidade das comunidades bem como o interesse na promoção da conservação ambiental.

Consultoria contratada: Geraldo Mossiman da Silva / CPF: 428.532.739-20

6.2- Equipamentos/bens adquiridos pelo projeto no período coberto pelo relatório – *anexar a este relatório lista de inventário atualizada:*

Não houve aquisição de bens.

6.3 - Subcontratos firmados:

Não houveram subcontratos firmados.

6.4 - Treinamentos realizados:

6.5 - Publicações editadas (Título, Referências Bibliográficas):

Não houveram publicações editadas.

7. EXECUÇÃO PARCIAL FINANCEIRA EM US\$ - 2018

ATIVIDADE	CONTA CONTÁBIL	ORÇAMENTO APROVADO	COMPROMISSOS	GASTOS	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	SALDO ORÇAMENTÁRIO
Atividade 02	72100 - Contractual Services-Companies	71,661.90	6,706.41	61,164.29	94.710%	3,791.20
	72400 - Communic & Audio Visual Equip	0.00	0.00	2.05	0.000%	-2.05
	75100 - Facilities & Administration	3,583.10	0.00	2,523.10	70.417%	1,060.00
Atividade 03	71300 - Local Consultants	70,000.00	11,564.93	40,099.69	73.807%	18,335.38
	71600 - Travel	70,000.00	5,281.32	55,579.55	86.944%	9,139.13
	72100 - Contractual Services-Companies	133,657.33	4,867.77	36,896.00	31.247%	91,893.56
	75100 - Facilities & Administration	15,498.54	0.00	7,722.84	49.829%	7,775.70
	75700 - Training, Workshops and Confer	36,313.54	0.00	32,709.11	90.074%	3,604.43
	76100 - Foreign Exchange Currency Loss	0.00	0.00	-1,650.52	0.000%	1,650.52
Atividade 04	71300 - Local Consultants	15,000.00	0.00	0.00	0.000%	15,000.00
	71600 - Travel	0.00	0.00	-89.76	0.000%	89.76
	74200 - Audio Visual&Print Prod Costs	5,748.18	5,748.18	0.00	100.000%	0.00
	75100 - Facilities & Administration	1,037.41	0.00	-4.49	-0.433%	1,041.90
Atividade 05	71600 - Travel	20,000.00	2,103.99	42,386.32	222.452%	-24,490.31
	72100 - Contractual Services-Companies	30,000.00	0.00	0.00	0.000%	30,000.00
	75100 - Facilities & Administration	2,500.00	0.00	539.89	21.596%	1,960.11
TOTAL		475,000.00	36,272.60	278,718.07		160,009.33

8. PRÓXIMOS PASSOS E CONCLUSÕES

8.1 – Citar brevemente os principais pontos do plano de trabalho para o próximo ano, propondo inclusive possíveis elementos para melhorar a cooperação ou pontos que demandem maior atenção por parte do PNUD, da ABC e de outros parceiros envolvidos:

O Projeto BRA/011/021 tem a sua vigência até 30.06.2019, conforme a Revisão Substantiva, ocorrida em junho de 2018. Diante do cenário apresentado nesse relatório de progresso, o que podemos destacar com demanda de “atenção” seria o prazo de execução do Projeto, principalmente considerando o tempo disponível para desenvolvimento de todas as atividades de contratação e de prestação do serviço em si, o recurso financeiro já disponível e as incertezas relacionadas a troca de gestão.

Dos produtos propriamente ditos, o produto 5.1 a atividade de contratação de pessoa jurídica apontada no plano de trabalho 2018, a ser estendida até 2019, já está em estágio consideravelmente avançado, visto que houve lançamento de edital e apresentação de propostas que atualmente aguardam análise. Em relação ao produto 3.9, foi elaborado e encaminhado ao PNUD um termo de referência para análise e, possíveis ajustes. Aguardamos o retorno, mas, a incerteza associada a troca de gestão causou a suspensão do processo. Especial atenção deve ser dado ao produto 3.9, uma vez que, apesar em estado avançado, demandará um espaço grande de execução. Em relação ao projeto como um todo, a troca de gestão gera uma instabilidade que pode levar a não execução das atividades previstas.